



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
PÚBLICA



RANIELLE DE SOUZA DA HORA

**MUDANÇAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLAS APÓS
CERTIFICAÇÃO: Um estudo de caso do Tabuleiro da Vitória -
BA**

Cachoeira - Ba
2021.

RANIELLE DE SOUZA DA HORA

**MUDANÇAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLAS APÓS
CERTIFICAÇÃO: Um estudo de caso do Tabuleiro da Vitória -
BA**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.º Dr. Lucas Santos Cerqueira

Cachoeira - Ba
2021.

RANIELLE DE SOUZA DA HORA

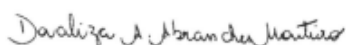
**MUDANÇAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLAS APÓS CERTIFICAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO DO TABULEIRO DA VITÓRIA –BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 28 de setembro de 2021.



Lucas Santos Cerqueira
Professor Orientador
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela
Universidade Salvador.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Daniela Abreu Matos
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de
Minas Gerais.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ter me dado força e coragem para enfrentar todas as dificuldades que encontrei durante essa trajetória e a todos os irmãos de luz que me guiaram até aqui.

Agradecer a Elitania, irmã amada, minha doce companhia que tanto me apoiou. Que sei que não me deixou sozinha em nenhum instante nessa trajetória e sempre esteve comigo: *“obrigada por tudo minha eterna menina”!*

A todas as pessoas que direta e indiretamente me incentivaram, mandaram energia positiva e que não me deixaram desistir desse sonho após eu ter passado por tantas dificuldades emocionais, psicológicas e familiar. Cuidando de minha avó e de minha mãe com problemas psiquiátricosm que se agravaram com o assassinato da minha irmã. Obrigada a todos e todas.

A minha mãe Maritânia, a minha avó Maria José e aos meus irmãos Rodrigo, Adriele e Allan por todo apoio e carinho.

Ao curso de tecnologia em Gestão Pública, obrigada a todos os amigos, colegas, professores que convivi durante esses anos.

Muito obrigada a todos!!!

DA HORA, Ranielle de Souza. MUDANÇAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLAS APÓS CERTIFICAÇÃO: Um estudo de caso do Tabuleiro da Vitória -BA. 50 páginas. 2021. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2021.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo caracterizar a atual situação da comunidade Quilombola Tabuleiro da Vitória – BA após ter passado, em 2013, pelo processo legal de certificação. A certificação é um documento que reconhece legalmente as comunidades que se autoremecem como comunidade remanescentes de quilombo. As políticas de certificação e titulação dessas comunidades fazem parte das políticas afirmativas voltadas para reparação dos danos sofridos a esses povos ao longo da história. Essas comunidades só tiveram seus direitos assegurados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e, especialmente, no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória em que é reconhecida a propriedade definitiva de suas terras e encarrega o Estado a emitir-lhes seus respectivos títulos. A certificação é expedida pela Fundação Palmares, que é órgão responsável por esse processo. Entendemos que a certificação é um documento muito importante para as comunidades quilombolas uma vez que é através dele que essas comunidades passam a ter acesso às políticas públicas específicas para essas comunidades, tais como as políticas desenvolvidas na Programa Brasil Quilombola. Enfim, os resultados desta pesquisa demonstram que na ótica dos moradores da comunidade, o processo de certificação vem contribuindo para com as mudanças que vem ocorrendo na comunidade nos últimos anos, principalmente em relação ao conhecimento de seus direitos, e na busca com propriedade de melhorias para a comunidade.

Palavras-chave: Comunidade quilombola, Tabuleiro da Vitória, Mudanças: Certificação. Políticas afirmativas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT - Ato das Disposições Transitórias

ANQTVVA - Associação de Mulheres Quilombola do Quilombo Tabuleiro da Vitória e adjacências

FLICA - Feira Literária Internacional de Cachoeira

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MinC - Ministério da Cultura

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SEPPIR - Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial

SIPAF - Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	COMUNIDADE QUILOMBOLA: CONTEXTO HISTÓRICO, CONCEITO E IDENTIDADE.....	13
2.2	TERRITÓRIO	17
2.3	CERTIFICAÇÃO: MARCOS LEGAIS	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
4	RESULTADOS DA PESQUISA	34
4.1	ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TABULEIRO DA VITÓRIA.....	32
4.2	COMUNIDADE ANTES DA CERTIFICAÇÃO, PRODUTOS CULTIVADOS E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO.....	37
4.3	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E BANDEIRA DE LUTA.....	41
4.4	MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS	42
4.5	PROBLEMAS ENCONTRADOS.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada	53

Quem fala neste espaço?

Gostaria de introduzir minha pesquisa de conclusão de curso, TCC, para o curso de Gestão Pública, falando da minha trajetória de vida enquanto mulher negra e quilombola. Bem como, da importância que é para mim hoje, depois de muitas dificuldades e lutas, estar produzindo conhecimento para a comunidade/ território quilombola da qual eu pertencço e que venho vivenciando vários avanços.

Venho de uma família composta basicamente por mulheres negras e quilombolas, marisqueiras e lavradoras. A pesca e a agricultura são as atividades de onde tirávamos o nosso sustento. Minha mãe não teve a oportunidade de estudar, porque desde muito cedo teve que deixar os estudos para cuidar dos filhos e trabalhar, mas sempre incentivou para que seus cinco filhos estudassem e tivessem um ensino superior; Pois também era o sonho dela. Quatro dos seus cinco filhos conseguiram terminar o ensino médio e duas ingressaram no ensino superior. Elitânia foi à primeira da família a ingressar em uma universidade. Sou a segunda mulher da minha família a ingressar na universidade.

Elitânia foi assassinada, vítima de feminicídio, cursava Serviço Social: *“pense em um dia feliz quando recebemos a notícia que ela tinha sido convocada para a faculdade e foi umas das primeiras da comunidade”!* Elitânia era uma jovem promissora e atuante liderança quilombola. Sempre buscou incentivar os jovens da comunidade a estudar, a pensar em ingressar na universidade, a buscar conhecimento e assim poder buscar melhorias para a comunidade. O lema dela era: *“o conhecimento é a chave de tudo e é com ele que a gente pode mudar o mundo e a nossa realidade”.*

Comecei os estudos com 4 anos de idade, no colégio de minha comunidade, onde estudei até o 4º ano, e depois desse período comecei a fazer o ensino fundamental em um colégio municipal na sede do município de Cachoeira. Já que na minha comunidade não tinha ensino fundamental e se a gente quisesse terminar os estudos tinha que se deslocar para a cidade de Cachoeira. Acordávamos todos os dias quatro horas da manhã para pegar o ônibus. Acordava nesse horário, porque era o único que tinha transporte para o município e tinha que andar muito ate o ponto de ônibus. Cursei todo o ensino fundamental na escola Colégio Aurelino Mário de Assis Ribeiro, já o ensino médio estudei no Colégio Estadual da Cachoeira onde concluir em 2014. Terminei o ensino médio e fiz o ENEM para poder ingressar na universidade, enquanto isso trabalhava na roça e às vezes mariscava para ajudar minha mãe nas despesas da casa.

Em 2017, fui convocada pela universidade no curso de Gestão Pública em um processo especial para estudantes Quilombolas e Indígenas. Foi mais uma felicidade e mais um sonho sendo realizado. Comecei bem determinada, os primeiros semestre foram bem difíceis para se manter meu curso era noturno só tinha essa opção não tinha transporte da minha comunidade para cachoeira esse horário então tinha que ficar em cachoeira de favor na casa de conhecidos foram os três semestre de total sofrimento, ate que conseguimos a bolsa permanência que é uma bolsa específica para quilombolas e indígenas. Depois disso as coisas melhoraram.

Conseguimos nos estabilizar tudo estava dando certo estávamos na reta final do curso já estávamos planejando a formatura. Foi quando perdi umas das pessoas mais importantes da minha vida de uma forma tão brutal. E que me deixou totalmente desestabilizada. Pensei em desistir várias vezes por não está dando conta de cuidar da minha avó e da minha mãe sozinha e ainda ter que lidar com a faculdade e com um TCC, que é a fase mais temida da faculdade. Por outro lado, ficava pensando nos planos que eu e Elitânia fazíamos para a vida ao terminar a faculdade, como fazer mestrado, ajudar os jovens da nossa comunidade dando exemplo de que a gente consegue. Então eu não podia desistir e me apeguei ao nosso sonho de ter um diploma para pode incentivar ao outros. Ela não iria ficar feliz. Então eu me agarrei a esses sonhos e hoje estou aqui prestes a formar e a realizar o nosso sonho. Esse sonho para mim tem um peso duplo e uma vontade maior de realizar porque era o sonho também da Elitânia, que queria tanto o tão sonhado diploma para poder trazer para nossa comunidade o incentivo que a gente quilombolas, mulheres, negras, também pode chegar a onde a gente quer e que o nosso lugar e onde a gente quer estar.

Chegando agora na reta final do meu curso e a chegada do tão esperado diploma e com ele todo o conhecimento adquirido no decorrer do curso pretendo contribuir para mais melhorias para minha comunidade.

INTRODUÇÃO

A política afirmativa de titulação das terras de remanescentes das comunidades tradicionais tanto dos quilombolas como dos indígenas é uma política de reparação de danos sofridos por esses povos ao longo do tempo, povos esses que tanto contribuíram para formação socioeconômica e cultural do Brasil.

Os povos das comunidades quilombolas tiveram seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, no art.68 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), que afirma o seguinte, “aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Também temos os art.215 e 216 que asseguram direitos aos remanescentes uma vez que garantem o pleno exercício dos direitos culturais e sociais e reconhece os bens de natureza material e imaterial como Patrimônio Cultural Brasileiro (BRASIL, 1988).

Em, 2017, 133 comunidades quilombolas tiveram seu reconhecimento legal, ou seja, sua certificação emitida pela Fundação Palmares, organização que é ligada ao Ministério da Cultura (MinC) (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021). A certificação tem a função de reconhecer legalmente uma identidade, princípios e ampliar direitos, fazendo com que essas comunidades tenham acesso às políticas públicas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 1988).

Em 2003, tivemos a promulgação do Decreto nº. 4.887, de muita importância para nós quilombolas, no sentido de fortalecer ainda mais os nossos direitos. Esse decreto regulamenta os procedimentos para o início da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art.68 (BRASIL, 2003).

Também em 2003, tivemos a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), importante para a luta contra o racismo um grande reconhecimento das lutas do povo negro. Já em 2004, tivemos mais um avanço no que diz respeito às comunidades quilombolas com a publicação do Programa Brasil Quilombola que tem com objetivos essenciais,

[...] coordenar as atividades governamentais voltadas para as comunidades quilombolas por intermédio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa é

Coordenado por meio da SEPPIR, junto à da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais e conta com 21 órgãos da administração pública federal (BRASIL, 2004).

O programa continua em vigência como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombo. Contudo, é visível que ao longo dos anos, após muita luta para conquistar todos esses direitos, que está havendo um retrocesso no que diz respeito à execução dessas políticas. Mesmo com a garantia legal, ainda há uma resistência dos órgãos competentes pela execução das políticas de regularização das terras dos remanescentes de quilombos, principalmente no que diz respeito à etapa final que é a titulação definitiva das terras. Nessa etapa o processo, geralmente, para.

De acordo com o art.3º do Decreto 4887/2003 a responsabilidade para a “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos” fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (DECRETO 4.887, 2003).

O §4º do art.3º do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão as comunidades quilombolas e suas inscrição em cadastro geral deste de então, foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas; este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 1988).

Segundo uma pesquisa realizada pela Empresa Brasil de Comunicação “menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil” (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Cerca de 206 comunidades quilombolas tiveram seus territórios titulados nos últimos 15 anos (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

De acordo com pesquisa realizada pela Organização Terra de Direito, apoiada em dados do INCRA, concluíram que houve uma queda de 97% das verbas que são destinadas para regularização definitiva dos “territórios quilombolas nos últimos cinco anos” (AGÊNCIA BRASIL, 2018). “O levantamento mostra que em 2013 foram usados mais de R\$ 42 milhões para a desapropriação das terras onde estão os territórios quilombolas e este valor caiu para cerca de R\$ 1 milhão, em 2018” (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com a pesquisa feita pela Empresa Brasil de Comunicação, a contar de 1988 já foram reconhecidas legalmente aproximadamente 3,2 mil comunidades quilombolas, sendo que em torno de 80% foram reconhecidas com início em 2003, após a publicação do Decreto 4887 (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

As considerações em torno da territorialidade das comunidades tradicionais, o seu reconhecimento pela ordem jurídico-institucional vigente e sua inserção nos planos públicos de ordenação e fomento do desenvolvimento regional, além da forma peculiar como esses grupos retiveram a sua base identitária, permitiram aos gestores públicos estabelecer quatro eixos para o delineamento das ações junto às comunidades remanescentes de quilombo, quais sejam: (1) regularização fundiária, (2) infraestrutura e serviços, (3) desenvolvimento econômico e social, (4) controle e participação social (BRASIL, 2004).

As pessoas que hoje moram nesses territórios, praticando as mesmas atividades que eram exercidas pelos antigos, seus ancestrais, definem suas comunidades como sendo um espaço de total liberdade, podendo viver e exercer suas práticas culturais e suas atividades com autoridade. Visto que não tem muitas discussões em torno das comunidades remanescentes de quilombo após passarem pelo processo de certificação, me despertou o interesse em estudar essa temática na comunidade Quilombo Tabuleiro da Vitória, e de identificar como está essa comunidade hoje após passar pelo seu processo de certificação, ou seja, após ser reconhecida legalmente como comunidade quilombola desde 2013, e que se encontra em processo de titulação definitiva.

É considerando a importância dessas comunidades rurais e dos povos que as habitam e da sua importância para a formação socioeconômica do Brasil que tomei a liberdade de falar no meu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre a comunidade quilombola Tabuleiro da Vitória que fica localizada no município de Cachoeira - BA a mais ou menos a 16 km da Sede da Cidade de Cachoeira.

Portanto, o objetivo central do meu trabalho é caracterizar a atual situação da Comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após sua certificação, evidenciando as mudanças ocorridas na comunidade após esse processo, tendo como pergunta de pesquisa: **O que mudou na Comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após o processo de certificação, na ótica dos moradores da própria comunidade?**

A certificação é muito importante para as comunidades e para os quilombolas uma vez que é a primeira etapa para a titulação definitiva dos seus territórios. A certificação é importante e significativa porque é um documento que reconhece legalmente o grupo como remanescentes de quilombo, fazendo com que esses grupos se tornem visíveis perante a lei e venham a ter acesso às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.

Políticas como o Programa Brasil Quilombola, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e a SEPPIR. Temos também as leis e os decretos voltados especialmente para o reconhecimento e a regularização dessas comunidades como o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, a lei 12.910 de 11 de outubro de 2013 que dispõem sobre a

regularização fundiária. Enfim, a certificação tem um valor muito significativo para os quilombolas, pois tornam esses grupos visíveis para as políticas públicas e traz a satisfação de que a luta está valendo a pena, está trazendo resultados e a certeza de estão sendo ouvidos e a garantia de ter o reconhecimento legal e o acesso às políticas públicas.

Já os objetivos específicos são: (1) analisar como se deu o processo de certificação da comunidade; (2) analisar a infraestrutura da comunidade; (3) identificar as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade para geração de renda.

Sendo que o trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo a introdução do estudo, com a problematização, objetivos e a justificativa da pesquisa; no segundo capítulo são discutidos o contexto do surgimento dessas comunidades, aspectos conceituais sobre quilombolas e a sua identidade, bem como as leis, decretos, políticas e programas voltados para o reconhecimento dessas comunidades, incluindo a certificação. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. No quarto capítulo são apresentados os resultados. E por fim, as considerações finais do estudo, em que descrevo como objetivos do trabalho foram alcançados, limitações e as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de capítulo do referencial teórico do estudo, que abordará os principais conceitos que embasam a pesquisa.

2.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA: CONTEXTO HISTÓRICO, CONCEITO E IDENTIDADE

“O comércio de negros iniciou-se antes da descoberta do Brasil” (SILVA, 2018, p.1-2). Os negros nas embarcações marítimas na costa ocidental Africana eram tratados como mercadorias, como coisas: eram vendidos, trocados e explorados, forçados e escravizados, de forma totalmente desumana e cruel, (SILVA, 2018, p.1-2). O processo de colonização começou nas ilhas Atlânticas, território também descoberto por Portugal. Já no Brasil, se adotou o modelo similar com o que era praticado nas ilhas atlânticas, conjugando monocultura açucareira e passou assim, a explorar, comercializar e a escravizar os negros de todas as formas hostis (SILVA, 2018).

É evidente que a história brasileira é conhecida por um longo e triste período de escravidão. Longo por ser o país que mais resistiu ao processo de abolição da escravidão que durou mais de 300 anos. Os Africanos e seus descendentes que foram submetidos à escravidão, lutavam de todas as formas contra o regime que lhe era imposto (BRANDÃO e SCHULZ, 2017). Dentre todas as formas de resistência da época, se destacam as fugas para os locais de difícil acesso, como as matas fechadas distantes das fazendas (BRANDÃO e SCHULZ, 2017). Geralmente esses locais eram territórios rurais onde os acampamentos que eram formados pelos escravos fugidos eram chamados de quilombos, complementam os autores.

Carvalho e Lima, (2013) destacam que as comunidades quilombolas eram reconhecidas como tal desde o período colonial, através das formas como eram criadas, por meio das organizações dos negros escravizados que se colocavam contra ao sistema da escravidão e não aceitando a forma como eram tirados de sua terra natal e forçados ao trabalho escravo nas fazendas, nos engenhos, então sua única opção era resistir, se organizarem de todas as formas em rejeição a escravidão e buscar melhores condições de vida através das fugas.

Ainda de acordo com Carvalho e Lima (2013) as formas como são descritas a formação dos quilombos, faz com que se tenha a ideia de que não houve também a participação de outros sujeitos. Sendo que houve também participação de outros autores, sujeitos que estavam excluídos da sociedade e se encontravam nas mesmas condições dos negros. (CARVALHO e LIMA, 2013, p.3).

O período da escravidão foi um período muito árduo e duro, mas as formas de resistência também eram muito intensas a rejeição ao sistema escravocrata pelos negros escravizados. A resistência era vista em cada gesto, desde de quando se recusavam a deixar suas terras, suas formas de vida, cultura, até a triste travessia nos navios em situações insalubre, em situações totalmente desumanas onde muitos não conseguiam sobreviver em meios aquelas condições, até as formas mais extremas como os assassinatos (LEITE, 2017).

Diante disso, todos os valores dos Africanos que sobreviveram a escravidão, como por exemplo a sua cultura, suas práticas religiosas, as formas como esses sujeitos se relacionavam entre si de forma organizada, se destacam como formas de resistência ao sistema ao qual estavam sujeitos (LEITE,2017, pg.4).

A fuga e, posteriormente a formação dos quilombos, era a forma que os escravizados achavam para buscar melhores condições de vida, se organizando coletivamente com os que estavam nas mesmas condições (BRANDÃO e SCHULZ, 2017). Atualmente, são por meio dos diversos movimentos sociais que as comunidades quilombolas se organizam para buscar seus direitos, principalmente no que se refere às terras por eles ocupadas (BRANDÃO e SCHULZ, 2017).

Os movimentos de fuga dos escravos e a reunião em grupos foi um meio de resistência que se repetiram por todos os lugares onde existiu a escravidão e em cada região onde esses grupos se reunião foram conhecidos por um nome, variando de região para região como macombos e quilombolas, calhombolas e macombeiros, mas, no entanto, o que prevaleceu para caracterizar os grupos de escravos que resistiam ao processo de escravidão foi quilombola (CUNHA e ALBANO,2017).

Os quilombos atuais são originados dos antigos quilombos, aqueles construídos ainda no período colonial. As comunidades quilombolas mantêm fortes laços comunitárias com o seu território, principalmente em relação a sua cultura, suas práticas religiosas, as formas como trabalham e lida com a terra e as suas formas de organização coletiva (FERREIRA e TORRES, 2015, pg.2).

Citado por (CARVALHO e LIMA, 2013, pg.3e4) Almeida, (2002) no livro “Os Quilombos e as Novas Etnias” ao debater o conceito de quilombo o autor cita que houve a ocorrência de construção dos quilombos de formas distintas, como as associadas a desapropriação de terras e através das doações como pagamento por algum serviço prestado, uma vez que houve enfraquecimento e a baixa dos proprietários das plantações, principalmente a de cana-de-açúcar e algodão. A partir desse enfraquecimento, os escravos começaram a ter um pouco de autonomia nas fazendas não tendo mais aquela coerção por parte dos proprietários, daí começam a surgir pequenos grupos de produtores familiares e assim se intensifica as formações de quilombos até, mesmo nas próprias fazendas (ALMEIDA, 2002 *Apud* CARVALHO e LIMA, 2013).

São muitas as discussões em torno das formações das comunidades quilombolas. São numerosos os relatos de comunidades formadas pelos escravos que não aceitavam ser escravizados e fugiam das condições impostas, dando origem a essas comunidades que eram espaços onde prevalecia a resistência, a luta por melhorias e também um espaço onde os negros desenvolvia a sua consciência coletiva de se organizarem em prol de seus objetivos (SOUZA, 2008, pg.40). Então, através dos estudos podemos dizer que os quilombos surgiram por todo período colonial em várias regiões e de modos diferentes mais com características muitos comuns no que diz respeito às suas formas de relação com a terra que é com base na posse comum, ou seja, todos tem acesso igual a terra podendo viver de acordo com as suas práticas e cultura com liberdade (NELO, 2006, pg.6).

A cultura brasileira é marcada pelo processo colonial. Os chamados colonizadores que vieram explorar a colônia brasileira acabaram destruindo uma parcela da população indígena que se encontrava antes da chegada dos negros africanos, que por sua vez possuía também diferentes etnias, assim surgiram uma sociedade de dominantes (brancos europeus) e de dominados como os negros e os indígenas e os mestiços. Por isso, até hoje vimos essa sobreposição entre as classes sociais onde somos distinguidos, diferenciados pelos bem que possuímos e pela cor da pele e como consequência da chegada de imigrantes europeus e asiáticos se mantem essa lógica de classe e cor como sinônimo de superioridade (SILVA, 2014, pg.14).

Os quilombos eram espaços onde os negros podiam viver livres, vivendo de acordo com a sua cultura, praticando sua religião que na maioria das vezes era a de matriz africana, assim como também nesses quilombos poderiam encontrar pessoas de outras etnias com religião e culturas diferentes, pois essas comunidades não foram só formadas por negros africanos que

eram escravizados mais também por outros sujeitos que se encontravam nas mesmas condições. Esses sujeitos se reafirmavam nessas comunidades, mantendo relações próximas, como eram propostas as relações naqueles espaços, trazendo a resistência e a luta para reafirmar a sua identidade perante a sociedade (FURTADO; PEDROZA; e ALVES, 2014).

Contudo, é visível que para os negros que os quilombos são a concretização de suas lutas e resistência contra a escravidão e todas as formas preconceitos, uma vez que os quilombos foram a primeira manifestação de luta e resistência contra as formas desumanas a qual os negros foram submetidos (SILVA, 2014).

De acordo com Souza, (2008) os grupos que formaram as comunidades quilombolas possuem uma identidade que os tornam diferentes do restante da sociedade, identidade própria que também resultam na sua diferença. Ou seja, as suas formas de vida mantendo uma forte relação parentesco e cumplicidade em relação a suas formas organização para luta pelos seus objetivos que são a conquista de seus direitos (SOUZA, 2008, pg.99).

A identidade que os caracterizam, são construídas em seus territórios onde mantem uma forte relação de pertencimento e afirmação e é por meio da construção da identidade nesses espaços que esses grupos podem reafirmam seus valores e práticas culturais (MALCHER, 2009). Por isso, a identidade é algo que está sempre se movendo em direção a diferentes representações sendo que a identidade é construída a partir do compartilhamento de diferentes características simbólicas, como os costumes, as línguas e principalmente as histórias de vida que determinado grupo teve que passar para viver e construir sua identidade (FURTADO; PEDROSA e ALVES, 2014).

De acordo com Furtado, Pedrosa e Alves (2014) a identidade quilombola ocorre como uma consequência das representações e das manifestações da vontade das pessoas que estão envolvidas nesse processo, a partir do momento que essas pessoas se identificam e se reconhecem enquanto grupo que praticam os mesmos costumes, valores e histórias que os levam para um passado comum; Assim sendo, os quilombolas possuem uma identidade compartilhada onde todos estão em busca dos mesmos objetivos. Portanto, a identidade quilombola é caracterizada e está relacionada com as relações que esses grupos mantem com o seu território, assim como as práticas deixadas pelos seus ancestrais, deste modo à identidade é inseparável de seus territórios (CARVALHO e LIMA, 2013).

As comunidades quilombolas também são compreendidas como sendo “grupos camponeses” pelos modos como usam a terra e como cultivam seus produtos, firmados nas

relações familiares, guiados pelos sentimentos de parentesco tendo em consideração a consanguinidade e também a afinidade (NELO, 2006, p.5). Ainda de acordo ao pensamento de Nelo (2002, p.5) essa abordagem de como as comunidades quilombolas é compreendida é bem surpreendente, na medida em que possibilita perceber através das categorias com a endogamia características interessantes de como são constituídas as comunidades negras rurais e como se mantiveram ao longo do tempo.

Nas comunidades remanescentes de quilombo evidenciamos o exercício e a prática da cultura e do território como sendo aspectos que comunicam a identidade desse grupo e da sustentação dos elementos essenciais para sua construção (CUNHA e ALBANO, 2017, p.26). Sendo a identidade criada através das relações, entre as diversas características socioculturais por meio das falas da negritude e através da origem quilombola, podemos afirmar que a identidade é comunicada através das ferramentas próprias e específicas de um grupo, tais com a cultura e o território e são transmitidas por meio das manifestações, culturais que marcaram sua história ao longo do tempo e que continuam presentes em momentos atuais (CUNHA e ALBANO, 2017, p. 26).

No que diz respeito à cultura, referimos as manifestações tradicionais como sendo aquelas que conseguem ter cargas culturais que podem ir além de seu uso cotidiano, se estabelecendo como atributos identitários capazes de diferenciá-los perante a sociedade (CUNHA e ALBANO, 2017, p.26). Já em relação ao território, os traços culturais de grupo construídos ao longo do tempo não podem ser separados daquilo que os sustentam. Que são a suas estruturas, ou seja, o território é a parte necessária para que esses grupos possam construir e comunicarem sua identidade e diferenças, pois são nos territórios que esses grupos manifestam suas culturas (CUNHA e ALBANO, 2017, p.26).

2.2 TERRITÓRIO

As territorialidades são localizações que foram alicerçadas por sujeitos sociais que se encontravam em circunstâncias distintas em um momento historicamente determinado (SILVA,2014, p.15). Na atualidade ter a existência de territórios quilombolas foi por causa do posicionamento de um grupo que se organizou coletivamente e aproveitou uma correlação de forças políticas, tais como os movimentos que eram formados na época pelos negros para

lutar pelos seus espaços de afirmação proliferando assim rapidamente os sujeitos e as disputas territoriais (SILVA, 2014, p.15).

No Brasil, a territorialidade quilombola possui particularidades diversas, dos diversos grupos que fizeram parte da construção da identidade do país no decorrer do seu processo histórico e também por suas inter-relações com o ambiente em que vive, além das relações que mantém mutuamente entre si, mudando os elementos do ambiente em seus territórios (CARVALHO e LIMA 2013).

Assim, o território guarda em si uma composição de fatores sociológicos, geográfico e histórico, sendo que esses fatores que foram instituídos pelos sujeitos que integravam as comunidades quilombolas ao decorrer do tempo nas suas vivências, nesse caso o território seria um espaço concreto que sobrepõe a terra tem também um valor representativo que está ligado às formas de se relacionar no espaço (BRANDAO e SCHULZ, 2017, p.11).

A territorialidade pode ser caracterizada como uma forma estruturada ou organizada que um grupo tem de se relacionar no ambiente em que vive, podendo ser decidido por meio de regras sociais como os seus costumes e práticas como também através dos direitos constitucionais, direitos esses já conquistados tais como o de regularização fundiária (SILVA, 2014).

Anjos (2013) discutindo as formas de inserção na ocupação territorial das comunidades quilombolas, evidencia que essa inserção ocorreu de diversas maneiras e destaca três como principais: a primeira era nos espaços das senzalas nas fazendas, a segunda eram nos fundos das grandes residências e por último eram os territórios quilombolas, sendo que esse último era o mais expressivo espalhado por quase todo território brasileiro, e eram nesses territórios que se encontravam os africanos escravizados e seus descendentes que se organizaram contra o sistema escravocrata, como também encontravam outras etnias que eram excluídas como os brancos europeus e povos indígenas, ou seja, o quilombo era a existência real de um tipo característico e próprio de território no Brasil.

O sentido de territorialidade para os negros é muito significativo, pois é através dele que esses grupos têm um lugar para chamar de seu, onde eles passam realizar sua cultura, sua religiosidade, seus costumes, com total liberdade, podendo tomar decisões de forma livre (GONÇALVES; SANTOS e BARBALHO, 2020). Posto isto, mesmo aqueles grupos que já conseguiram o direito a demarcação de seus territórios continuam na luta pelos direitos que lhe foram negados, complementam os autores.

De acordo com Anjos, (2013) o território é um fato físico, por existir no espaço e no tempo, político no que se refere as manifestações e ações que são realizadas pelo grupo para atingir seus objetivos, e social no diz respeito a sociedade, que pode ser categorizado, e possível de dimensionar uma vez que é nos territórios que se encontram as identidades culturais e representatividades da população. Portanto, podemos dizer que o território étnico é concretizado através das características de identidade e pelo sentido de pertencimento que o grupo possui com o seu território que na maioria das vezes a população que ocupa esses espaços possui características de origem comum (ANJOS, 2013).

Por causa da existência das demandas históricas e dos conflitos com o sistema dominante, vem sendo exigido desses grupos à instituição de uma autoafirmação política social e econômica territorial para que o grupo seja reconhecido com pertencente a esses territórios (ANJOS,2013). Nas maiorias das comunidades existentes ainda se pode encontrar o uso de técnicas, conhecimentos e tradições que foram trazidas da África pelos seus ancestrais, como, por exemplo, a agricultura e a prática de lidar com a terra, a medicina com base nos conhecimentos das ervas medicinais, a religião, as técnicas de arquitetura e as construções, o artesanato e utensílios de cerâmicas como as panelas, vasos, os dialetos e a conexão sagrada que mantém com o território, a culinária que é bem específica (ANJOS, 2013). Contudo, podemos dizer que se mantem no Brasil segmentos seculares de territórios africanos que são necessários para compreensão da territorialidade que não é fácil de compreender, e diversos do país (ANJOS, 2013).

Desse modo, podemos entender o território quilombola como decorrente de elementos étnicos que são demonstrados nas relações que são mantidas com o território, essas relações, dizem respeito a elementos étnicos culturais que direcionam a vida das pessoas que ocupam aquele espaço e a percepção de pertencimento ao lugar (MALCHER, 2009). Então, a terra na posição de território étnico vem garantindo ao longo do tempo o sentimento de pertencimento e de identidade de um lugar que vem sendo conquistado por esses grupos que é a posse coletiva de suas terras e o seu desenvolvimento (MALCHER, 2009).

As particularidades do modo de vida desses grupos mostram que existem elementos que são comuns ao universo camponês brasileiro, mas por outro lado percebe-se que existem também elementos que os distinguem que é por meio da sua condição étnica que é historicamente particular, sendo assim podemos dizer que a identidade quilombola está dentro de suas relações étnicas que se mantem no território como também são encontradas nas relações sociais e políticas mantidas no território (MALCHER, 2009, p.9).

De acordo com Malcher, ainda discutindo as relações territoriais:

O território é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura social. A permanência na terra não se faz regulado por categorias formais de propriedade e sim, pelo próprio grupo que determina, através do “direito costumeiro”, as regras que orientam todos os planos da vida social. As formas de acesso à terra, incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais. A estreita relação do grupo com a terra representa uma relação social bastante complexa e aponta para a existência da terra como território (2009, p.8).

De acordo com Gonçalves, Santos e Barbalho (2020) o território é o alicerce fundante para os quilombolas no que concerne a suas formas de sobrevivência física, como também, a sua reprodução cultural.

A relação das comunidades com o território define-se como um aspecto essencial, afinal de contas além de o território ser uma forma de sobrevivência física para esses grupos, a terra é estabelecida como um dispositivo de muita importância para a afirmação da identidade do grupo enquanto espaço onde exerce a manutenção e a continuidade das suas tradições (MALCHER, 2009). Também é necessário salientar que para os quilombolas a terra não é vista como uma propriedade individual, mas como uma apropriação comum ao grupo (MALCHER, 2009). O território uma vez que passa pela condição simbólica e material, estando na condição de território étnico, vem garantindo ao grupo que o pertence um sentimento de pertencimento ao lugar em que vive ao mesmo tempo em que assegura a posse coletiva da terra como também o desenvolvimento coletivo do grupo (MALCHER, 2009).

Podemos perceber que as comunidades quilombolas têm um sentimento de etnicidade, ou seja, possuem uma condição de pertencimento a uma cultura étnica, assim como uma afirmação identitária de pertencimento aos seus territórios e assim a afirmação identitária e o sentimento de pertencimento passa a ser entendido como sendo o meio de sobrevivência material e simbólica. Para a identidade quilombola são por meio desses elementos que esses sujeitos ganham forças para continuar reafirmando sua identidade (SALAMÃO e CASTRO, 2018).

Salomão e Castro (2018, p.11) afirmam que a identidade coletiva está fortemente ligada ao modo como são criadas as relações territoriais, pois nenhum lugar é criado sem o posicionamento dos sujeitos que ali estão, por isso é bem evidente que esses territórios remanescentes são dotados de características próprias, específicas características, tais como as formas como esses grupos se relacionam entre si, como lidam com a terra, como reivindicam seus direitos e também como lutam pela garantia e conquista de seus espaços. A construção do espaço é resultante das ações que foram, é são, praticadas nesses espaços por esses grupos

e sujeitos que dão formas e características próprias que hoje são reconhecidos como a identidade territorial.

Morais (2017, p. 7) afirma em relação aos territórios que:

O território consiste, em dimensões simbólicas. Nele estão os acontecimentos ou fatos históricos o que mantêm viva a memória da comunidade, nele estão enterrados antepassados e existem também os sítios sagrados com lendas e histórias; O território determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo (MORAIS, 2017, p. 7).

O território também está relacionado com o sentimento de pertencer, não somente pela relação íntima que se estabelece com a comunidade, mas também pelas ações de territorialidade, como as mobilizações organizadas pela própria comunidade buscando demarcar e defender o território. Além da dimensão simbólica que existe no território, existe também uma dimensão material e de produção que está relacionada com o uso do território para o lucro do capital.

É em 1988, com a publicação da Constituição Federal Brasileira, que a diversidade étnica e cultural das comunidades quilombolas existentes no país vieram a ser reconhecidas pelo Estado e nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal foi reconhecido o direito a preservação de suas culturas e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) são reconhecidas às comunidades remanescentes de quilombo o direito à propriedade de suas terras (CAPINAN, e CARDEL, 2011). Além desses direitos garantidos pela Constituição, os quilombolas podem também acionar a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para ajudar no que se refere à preservação legal dos seus territórios (CAPINAN, e CARDEL, 2011, pg.4).

Brandão e Schulz (2017), em relação à Constituição no que concerne as comunidades quilombolas, afirmam que:

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para os remanescentes de quilombos. Através desse marco os direitos das comunidades quilombolas foram reconhecidos legalmente e o papel do Estado de reparar, de alguma forma, os danos causados aos africanos e seus descendentes no período escravocrata foi estabelecido. (BRANDÃO e SCHULZ, 2017, p. 2).

Com base nessas referências, dentre outras, destacamos também o Decreto 4.887 de 20 de Novembro de 2003, que dispõe sobre o artigo 68 da ADCT acima citado, esse Decreto determina os remanescentes das comunidades dos quilombos como sendo grupos étnicos - raciais, que tenha se definido segundo critérios de auto atribuição e que tenha um trajeto de vida histórico e próprio, composto de relações territoriais específicas, com a presunção de ancestralidade negra pertencente as formas de resistência e a opressão histórica que os negros sofreram durante o período colonial (NELO, 2006, pg. 6).

2.3 CERTIFICAÇÃO: MARCOS LEGAIS

Nos últimos anos após ter seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, os quilombolas vêm pleiteando o reconhecimento de suas formas tradicionais de viver em seus territórios, sendo que para solicitar o direito de reconhecimento legal de seus territórios as “comunidades procuram o cumprimento das normas legais onde diz que aqueles que estejam ocupando suas terras, cabe ao estado a propriedade definitiva” (LIMA, e SILVA, p.3).

Capinan, e Cardel (2011) afirmam que a diversidade étnica e cultural do Brasil só veio a ser reconhecida depois da Constituição Federal de 1988.

A partir de 1988, a Constituição Federal reconhece a diversidade cultural e étnica da população brasileira. Além disto, pressionado pelos movimentos sociais e convenções internacionais, o Estado passou a planejar políticas públicas direcionadas a garantir a sobrevivência sociocultural de grupos minoritários destituídos de cidadania plena. Assim sendo, cresceu a demanda pelo conhecimento científico da antropologia, bem como a preocupação com a excelência e a responsabilidade dos trabalhos, expressa, por exemplo, na criação do código de ética elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). (CAPINAN, e CARDEL, 2011, p.2).

De acordo com Silva (2018) as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas são orientadas por demandas afirmativas específicas e só vieram a ser posta em prática nos anos 200, por intermédio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), e também mediante o Programa Brasil Quilombola, após a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), então é só a partir dos anos 200 que as comunidades remanescentes de quilombo passam a ter acesso às políticas públicas que foram criadas especificamente para as mesmas.

A SEPPIR é uma organização muito significativa para o povo negro, uma vez que a mesma vem para colaborar com a articulação dos interesses da população negra, assim como dar impulso para os avanços das políticas de promoção de igualdade racial aconteça, procurando por meio de suas ações superar o racismo, disposta a tornar as relações mais estáveis, e uma sociedade mais justa estabelecendo o exercício da igualdade (GONÇALVES, SANTOS, e BARBALHO, 2020, p.2).

A SEPPIR é uma organização que se empenha na implementação de políticas públicas que visa superar as desigualdades étnicas existentes no país, seja ela vinda de onde for, tais como aquelas prestadas pelo poder público federal, ou avinda por parte da sociedade civil de modo geral, Lei nº 12.888/2010, art.47 (GONÇALVES; SANTOS, e BARBALHO, 2020).

Contudo, fica também a cargo da SEPPIR a responsabilidade para criação de outros mecanismos que também venha discutir as ações da igualdade racial, mecanismo esses como fóruns governamentais, e conselhos permanentes para a população discutir junto a esse órgão essas ações, mais para a execução dessas ações é exigido que 50% dos participantes sejam representantes da sociedade civil (GONÇALVES; SANTOS, e BARBALHO, 2020, p.2).

Outra referência importante no que tange as comunidades quilombolas e no que se refere à criação de políticas públicas para essas comunidades ocorreu em novembro de 2003, através do decreto Federal 4886/2003, que foi a PNPIR, que tem como objetivo reduzir as desigualdades étnicas referente à população negra no contexto brasileiro as ações voltadas para reduzir as desigualdades étnicas existente no país serão executadas por meio de projetos e programas a longo e curto prazo (SILVA, 2018). Para a execução dessas ações, a PNPIR possui alguns princípios para sua gestão, tais como a transversalidade que possibilita a participação de diversos órgãos para a execução e gestão das ações voltada para combater as desigualdades raciais, gestão descentralizada que busca se articular com outros entes federativos e a última e a gestão democrática onde se busca sempre a participação e o diálogo com a sociedade que participam da luta quilombola (SILVA, 2018).

Já em 12 de março de 2004 foi criado o Programa Brasil Quilombola. Esse programa é uma política de Estado desenvolvida para as comunidades quilombolas que engloba várias ações, introduzido em várias estâncias governamentais, ações tais como a política de certificação e titulação das terras quilombolas, luz e água para todas, serviços esses que são básicos e de sobrevivência humana (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004).

O Programa Brasil Quilombola consolida os marcos da política de Estado para as comunidades quilombolas buscando o reconhecimento legal de seus territórios, e vindo conseqüentemente assegurar o seu progresso econômico e social proporcionando um olhar mais comprometido da parte do Estado no que se refere à dívida histórica que tem com o povo de comunidades tradicionais (FERREIRA, e TORRES, 2015). O programa tem quatro eixos temáticos: a) acesso a terra, b) infraestrutura e qualidade de vida, c) desenvolvimento local e inclusão produtiva, d) direito e cidadania (SILVA, 2018. p.8).

De acordo com Ferreira e Torres (2015, p.2), o Programa Brasil Quilombola criado para reforçar as políticas afirmativas voltadas para as comunidades quilombola, traz em sua estrutura várias ações que vem sendo realizadas por ministérios e organizações que estão ligadas ao programa, as ações realizadas são baseadas nos quatro eixos que compõe o programa que são: “acesso à terra , infraestrutura e qualidades de vida, inclusão produtiva, e

direito e cidadania” quando as comunidades quilombolas se auto reconhece como sujeitos sociais dotados de uma lógica social específica e recebe a certificação a mesma passa a ter acesso a diversas políticas específicas para elas como a esse programa.

As comunidades remanescentes de quilombos também podem contar com outras políticas para afirmar os seus direitos territoriais o reconhecimento de suas formas de se reproduzir nesses espaços de afirmação culturais, por meio da política pública que foi concebida a esse grupo em 2007, através do decreto 6,040 que expressa a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (SILVA, 2018, p.8). Nesse mesmo ano foi criado o programa intitulado com Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola ou na sua forma abreviativa (PAC Quilombola), esse programa tem como objetivo o desenvolvimento dessas comunidades no que diz respeito ao desenvolvimento de ações que venha a aprimorar o acesso a políticas básicas como a saúde, educação, infraestrutura, abastecimento de água de qualidade bem como a regularização de seus territórios (SILVA, 2018, p. 8).

Outro avanço significativo para a valorização da identidade e desenvolvimento das comunidades quilombolas foi a criação do Decreto nº. 4.88 de 20 de novembro de 2003 esse decreto dispõe sobre os modos de como será feito a “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação” das terras onde vivem aqueles grupos que se reconheceu como sendo remanescentes de quilombo os quais são abordados no art.68 do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (DECRETO, nº4.887/2003).

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 trazem em seu texto um leque de direitos que estão garantidos e acessível as comunidades tradicionais sendo o Estado responsável por garantir o exercício desses direitos.

Art.215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiara e incentivara a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegera as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileira, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

No que diz respeito às comunidades quilombolas, todo seu patrimônio está relacionado com a terra com o cultivo com suas práticas e vivencias, com as formas de organização que deve ser preservada.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I -As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológica;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O art.68, do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, traz em seu texto que “os remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivo”. Portanto, o art.68 identifica quem são esses remanescentes das comunidades quilombolas e fica a cargo do Estado emitir os títulos definitivo a essas comunidades (BRASIL, 1988).

Já a Portaria nº98, de 26 de novembro de 2007 também muito importante no que tange as comunidades tradicionais diz que:

O presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Lei nº. 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas a Fundação pelo Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art.68/ADCT, e o disposto nas art. 215 e 216 da constituição federal, resolve:

Art. 1º- instituir o cadastro geral de Remanescentes das comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas terras de preto, comunidades negras, Mocambos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº4.887/03 (PORTARIA Nº 98, de 2007).

Art. 2º Para fins desta portaria, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto - atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à pressão histórica sofrida (PORTARIA Nº98, de 2007).

Já em seu artigo 3º a portaria nº. 98 de 26 de novembro de 2007 define os procedimentos para a emissão das certificações de autodefinição onde diz que:

Art. 3º Para a emissão da **certidão de autodefinição** como remanescente dos quilombos deverão ser adotados os seguintes procedimentos: I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembleia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais; IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade); V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição (PORTARIA Nº 98, 2017).

Já o Decreto nº. 6.040 criado em 07 de fevereiro de 2007 “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais” (DECRETO nº. 6.040 de 2007). A lei nº. 12.910 criada em 11 de outubro de 2013 também dispõe em seu texto o processo de regularização “de terras públicas estaduais, rurais e comunidades remanescentes de quilombo e fundos de pasto ou fechos de pasto e da outras providências” (Lei nº. 12.910 de 2013).

Em 23 de Novembro de 2009, foi lançado o Decreto nº. 11.850 o decreto implementou a política estadual para comunidades remanescentes de quilombo onde trata também do processo de “identificação, delimitação e titulação das terras devolutas da Estado da Bahia por essas comunidades de que tratam o art.51 do Ato das Disposição Constitucionais Transitória da Constituição do Estado da Bahia de 1989” (Decreto nº. 11.850 de 2009).

Já o Decreto nº. 15.634 de 06 de novembro de 2014: “institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais; altera o Decreto nº. 13.247, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências” (DECRETO Nº. 15.634 de 2014).

É relevante dar atenção ao quanto é importante para as comunidades remanescentes dos quilombos terem seus seguimentos reconhecidos legalmente para que possam exercer de forma livre as suas crenças reforçando o seu empoderamento identitária, resultando assim na conquista de seu desenvolvimento baseado em seus modos de vida próprio, assim como esses reconhecimentos resultaram no acesso desses grupos a direitos básicos como a saúde, a educação, e foi para garantir acesso a todos esses direitos básicos e necessários para sua reprodução que a “Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotou em 07 de Junho de 1989, a convenção nº169, cujo foco foi os povos indígenas e tribais” (MONTEIRO, 2014, p.14).

Em seu art.1º a presente Convenção aplica-se:

Aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial (CONVENÇÃO Nº. 169,1989).

Já em seu art.3º defini que:

Art. 3º. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdade fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As, disposição desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desse povo (CONVENÇÃO Nº 169,1989).

De acordo com Brandão e Schulz, (2017) os procedimentos necessários para que as comunidades remanescentes de quilombos venham a se reconhecerem como quilombola estão definidos pela portaria nº98/200.

Ainda de acordo com Brandão, e Schulz (2017, p. 3) no artigo 3º da referida portaria a Fundação Palmares descreve os passos que deverão ser seguidos para conseguir a certificação de auto reconhecimento sendo que a comunidade tem que apresentar uma ata ou assembleia ou reunião feita pelo sujeito da comunidade para discutir o processo de autoreconhecimento, após o processo ser aceito pela maioria dos participantes tem que ser feita a ata e uma lista de presença e encaminhar para Fundação Palmares.

Seja reunião ou assembleia tem que ser feita à ata descrevendo o que ficou acordado entre o grupo, contendo os votos da maioria e a lista com as assinaturas. Feito isso, a ata, juntamente com a lista de presença, deve ser encaminhada para a Fundação Cultural Palmares, sendo que o grupo também pode encaminhar fotos, reportagens entre outros, que confirmam a sua história, e assim o grupo vai requerer ao presidente da Fundação que seja emitida a certidão que vai definir o grupo legalmente como remanescente de quilombos (MONTEIRO, 2014, p. 24).

Contudo, podemos perceber que o processo de autorreconhecimento das comunidades quilombolas se faz em duas maneiras de forma coletiva e/ou individual pois primeiro o sujeito tem que se autodefinir como sendo pertencente de remanescente de quilombo e depois o grupo tem que se decidir coletivamente que aqueles seguimentos em que vivem são comunidades remanescentes de quilombos tendo que ser decidido pela maioria, assim também é importante falar que vai ter pessoas do grupo que não vai se reconhecer com quilombola (BRANDÃO, e SCHULZ,2017, pg. 3).

Em consideração a isso entendemos que primeiro passo para a certificação é a comunidade se autodefinir de forma individual esse acontecimento se faz de forma rápida e simples, enquanto ao segundo passo que é a titulação onde é feito o reconhecimento da comunidade enquanto grupo já é uma etapa mais demorada, pois exige mais trabalho e atenção, já que é o reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras onde se encontra esses grupos (MONTEIRO, 2014, p. 21).

É também importante mencionar que a lei dá o direito às comunidades de se identificar ou não como sendo remanescentes dos quilombos e para isso como já mencionado o grupo tem que se organizar e decidir se são ou não quilombola e a partir disso dar entrada com a

documentação (MONTEIRO, 2014, p. 21). Contudo, podemos perceber também que o processo de certificação das comunidades quilombolas é a primeira etapa de reconhecimento legal, mais para discutir seus interesses essas comunidades certificadas têm que ter um representante legal que nos casos das comunidades quilombolas são exigidos a criação de uma associação para representá-los e discutir seus interesses junto às instâncias governamentais (BADIRU, e SIMONARD, 2018).

De acordo com Santos; Cardoso; Martins, e Miranda (2019) em seu artigo “Terras Quilombolas: um abismo entre os certificados e os títulos”, os autores salientam que a certificação é a primeira etapa para o reconhecimento e a expedição dos títulos definitivo das comunidades quilombolas, sem essa etapa não pode ser iniciado o processo de expedição dos títulos que dão direito definitivos os quilombolas de seus territórios que incluem a demarcação e titulação processo esse feito pelo instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), baseado nas histórias, costumes, e cultura da comunidade.

Entretanto é evidente que ao longo do tempo após essas conquistas tais como as leis e os decretos e programas, vem ocorrendo uma procura contínua de uma parcela da população por reconhecimento de seus seguimentos identitários. Tais como as suas formas de existir que de qualquer forma os distingue do restante dos grupos sociais, estão incluídos nesses segmentos o reconhecimento dos diretos quilombolas que possuem diversas formas de se autodeterminar em seus territórios (SALOMÃO, e CASTRO,2018, p.14).

De acordo com o entendimento de Badiru e Simonad (2018) para as comunidades que estejam no processo de certificação a mesma precisa ter instituída uma associação. Essa associação é quem vai representar legalmente essa comunidade. Após a criação da associação, a Fundação Palmares vai fazer um cadastro geral e esse cadastro vai fazer com que o INCRA dê início à segunda etapa do processo de reconhecimento que é a regularização fundiária, etapa que é expedido o título definitivo de propriedade do território (BADIRU, e SIMONAD, 2018).

Silva, (2019) traz, segundo os relatos dos quilombolas, alguns aspectos que aconteceram na comunidade de São Benedito após a certificação tais com:

Consideramos a certificação enquanto um ponto de partida para pensarmos as inflexões que serão geradas na comunidade negra. Um dos desdobramentos gerados a partir desse acontecimento segundo os relatos quilombolas é a forma como os, mesmos passam a ser visualizados perante a sociedade e por si mesmos, tendo em vista que antes a comunidade era vista como o “barranco da negra” e após a certificação passaram a ser reconhecidamente os quilombolas de São Benedito. Outro aspecto resultante desse processo foi a criação da associação de mulheres

Crioulas do Quilombo que fortaleceu o protagonismo feminino na comunidade, além de promover atividades socioculturais (SILVA, 2019, pg.12).

Portanto, afirmam Santos; Cardoso; Martins, e Miranda (2019), “É imensurável a relevância dos certificados, assim, como os títulos para estas comunidades”. Já Badiru, e Simonad, (2018, pg. 21) dizem que “No caso das comunidades quilombolas, a certificação lhes permite individualizarem-se, adquirir especificidade e visibilidade sociais”. Sendo que antes dessas comunidades passarem pelo processo de reconhecimento à mesma não se caracteriza como pertencente ao grupo étnico dotado de relações específicas próprias nem mesmo tem o conhecimento que são sujeitos possuidores de direitos, contudo os integrantes dessas comunidades não encontram meios para construir objetivos sociais voltados para o bem comum (BADIRU, e SIMONARD).

Sendo assim, a certificação pode ser caracterizada como uma ação que veio par trazer mudanças a essas comunidades, mudanças essas principalmente na forma como essas comunidades são vistas perante a sociedade uma vez que antes eram vistas de forma ruim, desprezível e após o processo de certificação o grupo passa a ter o reconhecimento do Estado, e um olhar diferente da sociedade (SILVA, 2019, pg. 9). A certificação para os quilombolas é muito importante, pois é por meio dela que as comunidades passam a ter acesso a alguns recursos básicos como por exemplos acesso a políticas públicas, passa a ser reconhecido e a fazer parte da sociedade com sujeitos de direitos (BADIRU, e SIMONARD, 2018). Silva, (2019) em relação à certificação afirma que:

Com a certificação quilombola teve-se a valorização das manifestações afros da comunidade. Através disso houve o fortalecimento dos movimentos sociais e culturais já existentes e a emergência de outros que vão protagonizar a luta política e social do quilombo, esse aspecto pode ser visualizado através da criação da Associação Crioulas do Quilombo de São Benedito que teria surgido logo após o reconhecimento (SILVA, 2019, pg. 9).

Entretanto, todas as políticas públicas de que tratam o Programa Brasil Quilombola só poderão ser acessadas pelos sujeitos dessas comunidades se essas possuírem a certificação que é produzida pela Fundação Cultural Palmares (MONTEIRO, 2014, p. 30).

Já de acordo com Badiru, e Simonard, (2018) diz em relação à certificação que:

Contudo, a recepção do certificado emitido pela FCP caracteriza uma situação de duplicidade para a comunidade: em termos simbólicos, ela investe-se de um novo conteúdo, de uma nova identidade, reconhecendo-se como uma comunidade quilombola. Em termos jurídico-institucionais, ela ganha visibilidade, mas, apesar de ser, formalmente, reconhecida enquanto comunidade remanescente de quilombos, ainda não teve seu direito de acesso à terra consolidado (BADIRU, e SIMONARD, 2018, p. 20).

De qualquer forma é notório que o processo de certificação tem um peso muito significativo para as comunidades quilombolas uma vez que esse processo é o primeiro

avanço em direção ao título definitivo de seus territórios e é por meio dessa certificação que essas comunidades saem da invisibilidade e passam a ser olhadas pelo Estado passando a ter acesso a políticas, programas e ações desenvolvidas especificamente para essas comunidades garantindo por meio dessa certificação o seu reconhecimento como remanescentes das comunidades quilombolas (BADIRU, e SIMONARD, 2018, pg. 22).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É um estudo de caso. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo a partir de fontes orais e documentais que objetiva caracterizar a atual situação da comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após sua certificação, evidenciando as mudanças ocorridas na comunidade após esse processo. Tendo como instrumento e técnica e coleta entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado. Escolhi esse tipo de pesquisa porque é a que melhor se enquadra nos objetivos da pesquisa.

Em relação as pesquisas descritivas, Gil (2008) afirma que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008, p. 47).

O método que será empregado será o qualitativo.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA, e CÓRDOVA, 2009).

Silveira, e Córdora (2009) caracterizam a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA, e CÓRDOVA, 2009).

Essa pesquisa foi realizada na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória, onde foram entrevistadas dez (10) pessoas da comunidade, dentre elas homens e mulheres com idade entre 18 a 75 anos. Foram quatro homens, sendo que um deles era estudante graduando em museologia e que desenvolve trabalho social na comunidade, fazendo parte da Associação de mulheres. Os outros três moram e trabalham na comunidade, principalmente com agricultura. Sendo que dois também afirmam participar da luta quilombola na comunidade e um diz que não participa diretamente.

E seis mulheres: a vice-presidente da Associação de Mulheres Quilombola do Tabuleiro da Vitória e que também desenvolve trabalhos voluntários na comunidade, trabalhadora rural e também artesã e costureira na comunidade; uma aposentada que já foi

marisqueira e agricultora, e hoje por conta da idade não consegue mais desenvolver esses trabalhos, duas estudantes do ensino médio e duas agricultoras que cultivam na comunidade.

Quadro 1: Características dos entrevistados

Entrevistado	idade	Sexo	Ralação com comunidade
E-1	75	F	Mora na comunidade desde que nasceu e é produtor rural
E-2	20	F	Pertence a comunidade, faz artesanato, e também é produtor rural
E-3	25	M	Mora na comunidade, produtor rural
E-4	19	F	Mora na comunidade e trabalho cultivando produtos rurais
E-5	18	F	Mora na comunidade
E-6	-	F	mora e trabalha na comunidade e é vice presidente da associação de mulheres quilombola da comunidade, e é também artesã
E-7	23	M	Mora na comunidade
E-8	-	M	Faz trabalho social na comunidade, é estudante de Museologia
E-9	60	M	Sempre morou e trabalhou na comunidade
E-10	39	F	Sempre morou e trabalhou na comunidade

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas não foram gravadas respeitando a decisão das pessoas, mas as falas dos entrevistados foram registradas manualmente. A pesquisa foi realizada nos dias 5 a 17 de agosto de 2021, com doze das treze questões realizada de forma presencial, e uma foi realizada por ligação telefônica por estamos ainda com algumas restrições devido à pandemia. Foram tomados todos os cuidados de prevenção como o uso de máscaras, álcool em gel e certo distanciamento.

Sabe-se que o objetivo central dessa pesquisa é caracterizar a atual situação da comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após sua certificação, evidenciando as mudanças ocorridas na comunidade após esse processo. Tendo em vista esse objetivo foi elaborado um roteiro de entrevista contendo treze (13) questões abertas sendo que o roteiro se encontra inserido como Apêndice ao trabalho. Quatro (4) questões estão relacionadas com a

situação da comunidade antes da certificação, Duas (2) estão relacionadas com as formas de organização coletiva e Sete (7) questões está relacionada com o período pós-certificação.

A pesquisa foi dividida em quatro categorias: 1- comunidade antes da certificação, produtos cultivados e o processo de certificação, 2 - formas de organizações e bandeiras de luta, 3 - mudanças ocorridas após o processo de certificação e 4 - problemas encontrados.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo vai apresentar o estudo de caso e os principais resultados da pesquisa.

4.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TABULEIRO DA VITÓRIA

Quilombo é um espaço de luta e resistência, liberdade, alegria, cumplicidade onde a união prevalece um motivando o outro para desenvolver suas atividades e obter êxito todos se ajudando e torcendo pela conquista do outro. Os quilombos atuais não são muitos diferentes em relação às lutas em busca de melhorias e melhores condições de vida, pois mesmo com os direitos garantidos as coisas não vêm como deveriam e as comunidades ainda precisam lutar e reivindicar para que seus direitos sejam cumpridos. Também são semelhantes às vivências, as formas de usar a terra coletivamente para tirar seu sustento e sendo, na maioria das vezes, a única fonte de renda, os laços de parentesco que são criados entre a comunidade a riqueza dos ensinamentos que são passados de pais para filhos.

Algumas coisas também mudaram em relação aos antigos quilombos. Nos atuais, os sujeitos têm mais liberdade, uma vez tendo seus direitos garantidos em leis, podendo assim expressar sua cultura com liberdade sem medo, tendo direito de voz e de expressão. Enquanto, antigamente seus ancestrais não tinham essa liberdade, viviam com medo e não podiam viver de acordo com sua cultura. Muita coisa tem mudado em relação às comunidades tradicionais de quilombo desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória é uma comunidade rural formada por cerca de 300 a 350 famílias que vivem na comunidade preservando sua cultura e seus costumes que foram deixados pelos seus ancestrais, como a arte de lidar com a terra e a pesca artesanal. Tira dali seu sustento, tendo como principal fonte de renda a pesca e a agricultura. E como complemento de renda, algumas famílias recebem o auxílio do Bolsa Família, programa de transferência de Renda do governo Federal. O quilombo Tabuleiro da Vitória localiza-se no município de Cachoeira e fica a 16 km da cidade uma comunidade que tem mais de 100 anos de existência.

O quilombo Tabuleiro da Vitória tem passado por vários processos políticos desde sua certificação, ou seja, desde o seu reconhecimento como comunidade remanescente de

quilombo, que se deu em 2013 pela Fundação Cultural Palmares. Essa certificação de autodefinição é um documento que atesta aos órgãos públicos que a comunidade se autodefine como remanescente de quilombo. A Fundação Cultural Palmares representa as comunidades quilombolas tendo a obrigação de cuidar de suas causas uma vez que sem as comunidades quilombolas a Fundação não existiria.

Em 01/03/2013 foi constituída uma associação sem fins lucrativos que representa legalmente a comunidade, nomeada como: A Associação de Mulheres Quilombola do Quilombo Tabuleiro da Vitória e adjacências (ANQTVVA) um espaço coletivo onde os moradores se reúnem para discutirem questões de interesses comuns de todos. A construção da sede da Associação foi feita logo em seguida a certificação, por meio da união da comunidade. Para a arrecadação da verba foi feito um festival de cachorro-quente, bingos e, também por meio de doações. Os pedreiros da comunidade foram voluntários e também eram feitas feijoadas para eles comerem após o trabalho.

O quilombo Tabuleiro da Vitória é dotado de tradições que são conservadas por gerações. Tradições como as relações religiosas, como a devoção de Cosme Damião, a tradicional queima de Judas e as novenas de Santo Antônio. Tem algumas famílias do quilombo tabuleiro da Vitória que são as organizadoras dos carurus na comunidade, elas organizam tudo com antecedência. Os carurus são oferecidos, a Cosme e Damião, e também são oferecidos para Crispina e Crispiniana e para Santa Bárbara.

Os ingredientes para o caruru são: o quiabo, camarão, castanha, amendoim, azeite de dendê, fabricado na própria comunidade, farinha de mandioca, também fabricada na comunidade, e os demais temperos tais como a (cebola, tomate, coentro, alho, pimentão, pimenta reino, corante, hortelã gengibre). Para acompanhar o caruru vai o arroz, vatapá, frango. A festa acontece de noite e geralmente vai até de manhã. No dia da reza elas agradam a Cosme e Damião com camarão, caruru, frango, arroz e doces (queimados). No dia de preparar o caruru se reúne um grupo de mulheres para os preparativos, cortar os quiabos e preparar o caruru. À noite, na sala da anfitriã, entre 19h e 20h, iniciam a reza, logo após os convidados se divertem com o samba de roda e é servido o caruru.

A devoção a Santo Antônio também é muito forte na comunidade são realizadas trezena novenas nas igrejas da comunidade e, as, vezes, são realizadas também nas casas das pessoas, o novenário acontece durante 13 dias no mês de junho. A cada dia das novenas as famílias levam aperitivos para quando terminar a novena as pessoas comerem coisas da época como (laranja, bolos típicos de mandioca, milho, e aipim, amendoim etc.), além de soltar muitos

fogos. Acontece também na quaresma a celebração do ofício para Nossa Senhora da Conceição. No dia 16 de agosto é rezado pra São Roque, nesse dia as famílias levam para igreja pipoca, mungunzá, doces, balas etc.

Já a queima de Judas, ou malhação de Judas, acontece na semana Santa, no sábado de Aleluia. A festa também é celebrada a noite a partir das 19hrs, mas o Judas só é queimado a meia noite. O festejo reúne pessoas de várias comunidades do entorno e, também da sede da cidade de Cachoeira, com a participação de bandas musicais locais. O Judas é confeccionado pelos próprios moradores da comunidade usando roupas velhas, sacos, folhas de banana seca. Depois de montar o boneco ele é vestido com um traje masculino, calça e camisa social, o momento mais esperado é a recitação dos versos para os moradores da comunidade são versos muitos engraçados onde a herança do Judas é dividida de forma muito divertida. Ou seja, algumas pessoas jovens da comunidade são escolhidas para ficar com a herança do Judas, uns ficam com uma roupa rasgada, sapato velho etc.

O ritual de queima do Judas, que acontece todos os anos na semana Santa no quilombo Tabuleiro da Vitória, é uma manifestação de muita importância para comunidade, uma vez que é uma forma de fortalecimento dos valores sociais presentes no quilombo e é um momento onde os moradores se engajam e se reúnem para que tudo aconteça de forma harmônica e divertida.

Outros importantes rituais que são mantidos e respeitados na comunidade são as plantas e as rezas que curam. Várias enfermidades, algumas que podem até levar a morte, são tratadas na comunidade por meio de rezas e chá usando ervas cultivadas na comunidade. As rezadeiras são muito procuradas na comunidade por visitantes ou por pessoas da própria comunidade em busca da reza para curar algum problema como Peito Aberto, também conhecido como (espinhela caída), os sintomas são muitas dores nas caixas dos peitos e nas, costa, cansaço que pode levar a sentir falta de ar, falta de apetite, segundo os mais velhos quando num estado avançado a pessoa pode até morrer. Para rezar cobreiro como o cobreiro de lagartixa, sintomas são manchas vermelhas no corpo com pequenos carocinhos que coça muito, Cobreiro de sapo geralmente aparecem nos pés, rezar olhado, entre outros.

4.2 COMUNIDADE ANTES DA CERTIFICAÇÃO, PRODUTOS CULTIVADOS E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Essa categoria vem caracterizar a comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória antes de ter passado pelo processo político de certificação, ou seja, antes de ser reconhecida legalmente como território quilombola. Além de descrever os produtos que são cultivados na comunidade e como esses produtos são comercializados pelos produtores. Como também descrever, segundo a ótica dos entrevistados, como se deu o processo de certificação da comunidade.

Segundo os entrevistados, as coisas na comunidade antigamente eram mais difíceis, pois eles mal tinham acesso a políticas públicas e também não tinham muito conhecimento de seus direitos. Sobrevivendo como podiam, cultivando seus produtos, com condições complicadas como a falta de energia elétrica, em que era usado candeeiro, luminária feita, artesanalmente e para funcionar era colocado gás, álcool ou gasolina. Também citam os problemas com a estrada de acesso a comunidade, que era muito ruim, então eles sofriam muito com isso, pois quando alguém passava mal na comunidade tinha que levar para o hospital em Cachoeira e isso demorava muito para chegar no destino por causa da estrada esburacada. Eles também citam alguns problemas que ainda se encontram na comunidade como a falta de saneamento básico e o acesso a água portátil.

“A gente já teve tempos muitos ruins sem energia elétrica a gente se iluminava com candeeiro que funcionava a base de gás e quando a gente não tinha dinheiro para compra gás ficava no escuro, não tinha médico na comunidade, as estradas eram muito ruins aqui também não tem acesso a agua tratada, não tinha casa de farinha motorizada” (ENTREVISTADO 1, GRIFO PRÓPRIO).

“Aqui antes não era assim não. As coisas eram piores. Hoje muita coisa melhorou... as casas aqui era tudo de taipa hoje mais, não tinha posto de saúde, não tinha ambulância, hoje a gente vive melhor” (ENTREVISTADO 2, GRIFO PRÓPRIO).

“Antes a comunidade não tinha as coisas que tem hoje. Acesso as políticas públicas era mais difícil. Não que hoje não seja, mas antes

era pior, e outra coisa também que antes a gente não tinha e continua não tendo é acesso a água potável. Aqui também não tem saneamento básico e usamos água de poço que não é tratada e não tinha luz elétrica” (ENTREVISTADO 3, GRIFO PRÓPRIO).

Enquanto para o entrevistado 8, algumas atividades foram potencializadas com a possibilidade da certificação

“Então a comunidade antes da certificação só tinha algumas atividades culturais, mas vinha ou pela própria prefeitura ou por um pequeno grupo de pessoas que se organizavam tentando buscar alguma coisa ne uma melhorzinha. Mas, começou-se em falar em questão de editais projetos de um cunho assim maior em questão de verba desse capital de fomento a partir da construção da associação e as políticas públicas que ela trouxe podemos ver na qual vieram projetos para comunidade de por exemplo o Bahia produtiva que está para vir e o projeto da Humanas Brasil que foi o fomento que auxiliou várias famílias na compra de animais bovinos dentre outros e na melhoria da comunidade em geral” (ENTREVISTADO 8).

Na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória as famílias cultivam de tudo em suas terras. Produtos como mandioca, laranja, tangerinas, aipim, batata, feijão, milho; banana, jaca, amendoim, andu, quiabo, hortaliças, coco, cama, acerola, jenipapo, cajá, graviola, etc. Além desses produtos cultivados também é exercida a prática da criação de animais para uso próprio e às vezes são vendidos na própria comunidade, como galinhas, porcos, carneiros e animais reprodutores que são criados conjuntamente e que vai aumentando o rebanho, criados totalmente de forma saudável. Ainda de acordo aos entrevistados as únicas frutas que não se encontram na comunidade são: morango, fruta do conde e maçã.

Os produtos são comercializados na feira livre do município de Cachoeira e na própria comunidade. Os moradores se deslocam transportando suas mercadorias no ônibus que desce todos os dias da comunidade para Cachoeira. As pessoas que visitam a comunidade podem comprar os seus produtos, que também são comercializados nas feiras culturais como a Feira Literária Internacional de Cachoeira (FLICA). Sendo que os principais dias que os moradores preferem descer para comercializar seus produtos são quarta, sexta e sábado, pois o fluxo de pessoas na feira é maior.

“A gente leva para feira em Cachoeira. Geralmente a gente vai dia de quarta, sexta e sábado, mas o melhor dia para vender é o dia de sábado que é mais movimentado” (ENTREVISTADO 4).

“Aqui se cultiva de tudo. São muitas frutas, raízes, hortaliças. Tem banana, laranja, limão, tangerina, jaca, caju, mamão, manga, mandioca, batata, aipim, tamarindo, jenipapo, é muita coisa e tem um grupo de mulheres aqui do quilombo que participam de um projeto da nossa associação que usando as frutas daqui mesmo produzem licores e doces que são muito bom” (ENTREVISTADO 3).

“Vende na feira em Cachoeira, quando vem pessoas de fora aí compra e a gente vende em feira cultural também, mas nem todos produtores vendem nas feiras culturais” (ENTREVISTADO 6).

Além desses produtos que já foram citados, há um grupo produtivo chamado Maravilha do Quilombo Tabuleiro da Vitória, formado por mulheres da comunidade, que se organizam na cozinha da Associação de Mulheres Quilombola do Tabuleiro da Vitória para fabricação de doces, licores e geléias que são produzidos com frutas cultivadas na própria comunidade, pela agricultura familiar. São licores de aipim, capim santo, jaca, pitanga, jabuticaba, banana, gengibre, limão rosa, chocolate com pimenta, tamarindo, acerola, maracujá. E doces de tamarindo, goiaba e banana cremoso.

Com a mandioca é fabricada a farinha e o beiju na própria comunidade, usando as casas de farinha motorizadas, sendo que o grupo ainda mantém a tradição de fabricação da farinha de forma tradicional e artesanal. Segundo os entrevistados, antigamente o processo de fabricação da farinha era feito de forma artesanal e exigia muito esforço por ter várias etapas. Era muito cansativo. Hoje esse processo ainda é usado para manter a tradição.

“[...] antes a gente fazia a farinha toda na mão. Era muito trabalho e cansativo. As coisas estão melhor [...]” (ENTREVISTADO 2).

“[...] a comunidade foi contemplada com casa de farinha motorizada que facilitou muito o processo de fabricação da farinha de mandioca hoje a gente ainda faz farinha de forma artesanal para manter a tradição [...]” (ENTREVISTADO 6).

Na comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória, no que se refere ao processo de certificação, de acordo com os entrevistados, se deu por meio da organização da comunidade

que se reuniu para se autodefinir como remanescentes de quilombo. Para fazer o pedido da certificação houve muitas reuniões na comunidade e em umas dessas reuniões vieram pessoas da Fundação Cultural Palmares, em que se falou sobre quilombolas e quais os direitos essas comunidades tinham. Então, o processo de certificação da comunidade se deu por meio da organização da comunidade que se reconhecendo como grupos dotados de características específicas.

“[...] pela organização a comunidade teve que se reconhecer como quilombola e depois pedir a certificação para a fundação palmares (ENTREVISTADO 3, GRIFO PRÓPRIO).

“A comunidade se organizou para isso sendo que primeiro a gente teve que se reconhecer como quilombola nos reunimos para discutir essa questão, depois juntamos a documentação que a instituição lá que é responsável por fazer essa certificação exigia e aí pedimos a certificação se não me engano foi uma Ata (ENTREVISTADO 4, GRIFO PRÓPRIO).

“[...] um grupo de pessoas na época se juntaram e se autoidentificaram como quilombolas foi daí que veio nosso processo de certificação” (ENTREVISTADO 5).

Já o Entrevistado 6 afirma que o processo de certificação se deu da seguinte forma:

“As pessoas se reconheceram como quilombola! Para isso fizemos muitas reuniões e em umas dessas reunião veio um pessoal da Fundação Palmares pra explicar o que é comunidade quilombola quais os direitos que a gente tem e ai depois da reunião teve que fazer uma Ata e uma lista de presença com a assinatura de todo mundo que se declarou quilombola nem todo mundo se declarou muita, gente participou dessa reunião mais de 200 pessoas, depois disso não demorou muito pro certificado ficar pronto o daqui demorou um mês e vinte cinco dias não demorou porque já tinha outro quilombo da redondeza certificado ai foi mais rápido” (ENTREVISTADO 6, GRIFO PRÓPRIO).

Enquanto para os Entrevistados 8 e 10, o processo de certificação se deu por meio de Dona Maria das Graças de Brito, conhecida como Maria de Totó. Foi ela que teria começado

a estudar Direito, se tornado advogada e viu que a comunidade tinha todas as características de comunidades remanescentes de quilombo E a partir disso, começou a mobilizar a comunidade fazendo reuniões para informar do que se tratava como ia ocorrer o processo de certificação. Maria de Totó é moradora da comunidade, liderança quilombola e também presidente da Associação de Mulheres da comunidade e foi também a responsável pela criação da associação.

“Então o processo de certificação da comunidade foi solicitado por Maria das Graças (Maria de Totó) na qual ela estudou Direito viu que a comunidade era comunidade quilombola e a partir disso ela buscou traçar as políticas públicas para desenvolver, ai primeiro ela viu que era uma comunidade quilombola depois ela pegou criou a associação de mulheres fez uma reunião grande convocou todas pessoas para informar do que se tratava e a partir disso ela buscou juntamente com o INCRA a Fundação Palmares a titulação da terra a certificação como território quilombola e a partir disso começou-se a desenvolver as políticas públicas nessa novo perspectiva de território quilombola” (ENTREVISTADO 8).

“[...] a gente nunca se atentou que aqui é quilombo a gente ouvia muitas histórias dos mais velhos mais nunca ligou, aí Dona Maria de Totó começou a falar com as pessoas aqui fazer reuniões as pessoas se reconheceu aí vez o pedido desse documento e foi ela mesmo que fez o pedido” (ENTREVISTADO 10).

4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E BANDEIRAS DE LUTA

Segundo os entrevistados, depois da certificação a comunidade está mais organizada coletivamente, percebem-se mais pessoas participando das reuniões, participando dos projetos e estão mais interessadas com as questões da comunidade. Se organizam por meio dos projetos, através reuniões, cursos e oficinas, por meio da associação, a organização religiosa, organização dos pescadores.

Sendo que antes do processo de certificação o grupo já procurava se organizar para tentar buscar melhoria para a comunidade, só que isso era feito por intermédio da prefeitura, que era a referência mais próxima que eles tinham.

Como bandeira de luta a comunidade vem buscando a regularização total de seu território que é a emissão definitiva de seu título, vem lutando contra o racismo, intolerância religiosa, a busca pelo desenvolvimento da comunidade e o acesso a políticas, públicas ou, seja a efetivação de seus direitos e a luta pelo bem, estar de todos.

4.4 MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Essa categoria traz as mudanças identificadas pelos entrevistados que ocorreram na comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após o processo de certificação.

- A comunidade está mais organizada coletivamente;

Segundo relatos dos entrevistados hoje a comunidade se encontra mais organizada as pessoas estão mais participativas o número de pessoas presentes nas reuniões hoje já é maior e até as crianças participam acompanhando seus pais com tudo as pessoas na comunidade estão mais envolvidas com a questão quilombola na comunidade.

- Hoje a comunidade é reconhecida legalmente e socialmente;

A certificação de reconhecimento legal foi uma conquista importante para os quilombolas do Tabuleiro da Vitória, uma vez tendo esse certificado atesta que aquele grupo se reconhece como remanescentes de quilombo e passam a ter acesso às políticas públicas específicas para esses grupos. Participam de editais, projetos e programas como o de bolsa permanência que é um programa do governo federal de bolsa de estudo para os quilombolas se manterem na universidade. Programa esse específico para esses grupos. E hoje a comunidade já é reconhecida legalmente e socialmente como quilombola.

- A comunidade está mais desenvolvida e atualizada;

Segundo relatos dos entrevistados a comunidade está mais desenvolvida e atualizada no sentido de que as pessoas já têm conhecimento do que se quilombola e com o apoio da associação vem buscando seus direitos com mais conhecimento e segurança.

- A infraestrutura está bem melhor, apesar de ainda terem alguns problemas;

No que diz respeito à infraestrutura da comunidade, os entrevistados relatam com felicidade a chegada do asfalto, que por muitos anos o grupo sofreu com a estrada ruim cheia de buracos e que hoje o asfalto já é uma realidade que vai beneficiar a todos na comunidade. Citam também a melhora na infraestrutura da escola pública da comunidade e do posto de saúde que se encontra bem melhor que antes. Encontra-se na comunidade alguns estabelecimentos como bares e dois mercadinhos segundo os entrevistados esses estabelecimentos não tem relação com o governo mais faz parte dos avanços dos quilombolas da comunidade em busca de seu desenvolvido.

- Os produtos cultivados passaram a ser mais valorizados. Hoje os produtos produzidos no quilombo têm um Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF)¹.

Os produtos cultivados na comunidade passaram a ser mais valorizados após o reconhecimento da comunidade uma vez que segundo aos entrevistados tem pessoas que preferem os produtos cultivados de forma orgânica sem uso de agrotóxicos como é o caso dos cultivados no quilombo Tabuleiro da Vitória e por causa da produção por meio da agricultura familiar sendo que os produtos cultivados na comunidade podem ser comercializados com um selo de identificação da participação da agricultura familiar (SIPAF).

- A comunidade passou a ter acesso a políticas públicas específicas para comunidades quilombolas
- Muitos jovens da comunidade podem ingressar na universidade pública e com o suporte de bolsa de estudo específicas para remanescentes de quilombo
- A comunidade já conta com algumas ações do estado voltadas para o seu desenvolvimento com os projetos, cursos oficinas que estão sendo executado na comunidade. São ações do Estado, mas capitaneadas por meio da associação.

¹ O selo de identificação de produtos da Agricultura Familiar – SIPAF nasceu com o propósito de identificar os produtos da agricultura familiar do Estado da Bahia. O SIPAF oferece aos consumidores a garantia de que estão adquirindo uma produção livre de agrotóxicos que se baseia nas relações de comércio justo e solidário e do respeito à natureza e as relações sociais (PORTAL, SDR, 2014).

A comunidade tabuleiro da vitória conta com alguns projetos que vem sendo executados na comunidade esses projetos visa o desenvolvimento econômico, social e a sustentabilidade da comunidade a comunidade conta com o projeto Agricultura familiar, projeto Bahia Produtiva, a comunidade também foi contemplada com um projeto de fomento onde possibilitou aos participantes comprar ferramentas para trabalhar na roça, animais, construções de estabelecimentos comerciais na comunidade como relata o entrevistado 8:

Entrevistado 8: os projetos, sempre visa o desenvolver dessas pessoas fazer com que se sustente consiga gerar algo a partir disso então o projeto veio e as pessoas conseguiram investir como o projeto de fomento as pessoas compraram animais, fazer barbearia, fazer algo na roça e a partir disso começar se sustentar.

Quando se fala em mudanças ocorridas na comunidade, os entrevistados logo mencionam a questão do reconhecimento legal e social, pois antes o grupo não tinha esse reconhecimento e nem tinha acesso aos benefícios trazidos pela certificação e pela luta da comunidade. Benefícios como o acesso às políticas públicas, programas e projetos e editais voltados para essas comunidades.

Como diz o ENTREVISTADO 7:

*“[...] A certificação é um reconhecimento vem contribuindo para as mudanças que está acontecendo aqui, **antigamente a gente não era tratado como quilombola e hoje somos e isso é bom é uma mudança e as coisas que estão acontecendo aqui tem a ver com a certificação também, antes a gente não participava de projetos e hoje participamos por causa da certificação**[...]” (GRIFO PRÓPRIO).*

Segundo os relatos dos entrevistados as coisas têm melhorado na comunidade mesmo ainda eles não tendo acesso a alguns bens básicos como o acesso a água potável e nem a saneamento básico, coleta de lixo, dentre outros. As coisas estão bem melhores que antes, uma vez que o grupo não tinha acesso a quase nenhuma política pública e que as poucas coisas que a comunidade tinha acesso vinha por meio da prefeitura. A comunidade passou a participar de projetos maiores após a certificação.

E hoje, já são visíveis algumas mudanças que vem ocorrendo na comunidade. Quando se trata da infraestrutura é notório a felicidade com a estrada de acesso a comunidade que está sendo asfaltada depois de muita reivindicação através da associação. Os quilombolas se reuniam e fizeram abaixo assinado, conseguiram mais de mil assinaturas e buscaram a

solução junto aos órgãos responsáveis por reurbanização e infraestrutura, para que a estrada fosse asfaltada.

Relatam também que a escola e o posto de saúde chegaram à comunidade bem antes da certificação, mas que hoje em nível de infraestrutura está melhor e as escolas já vem abordando a temática quilombola, que antes não falava, bem como o atendimento e a estrutura do posto de saúde estão bem melhores. O posto tem uma sede própria, não falta médico e é difícil faltar medicamentos. Principalmente no que se refere aos prédios públicos como as escolas, posto de saúde, creche a estrutura está bem melhor.

Como relatam os entrevistados:

*“Mudou tudo! A comunidade cresceu, tá mais desenvolvida, a gente já pode pagar nossas faturas aqui sem precisar ir pra Cachoeira, já tem internet, praticamente todas as casa são de bloco o posto de saúde e a escola veio antes da certificação, mas hoje se entra bem melhor a temática quilombola já é passada paras crianças desde de cedo, o posto de saúde tem uma sede própria, que é bem organizada, não falta medico, os remédios a gente sempre acha e a chegada do asfalto vai beneficiar muita a comunidade pra quem souber aproveitar. As coisas estão bem melhores, somos reconhecidos como quilombolas passamos ater acesso a diretos específicos para quilombolas, temos nossa sede da associação que foi construída com esforço da comunidade fizemos eventos para arrecadar verba para compra os materiais, recebemos doações, fizemos bingos, vendemos cachorro-quente os, pedreiros fez mutirão para construir, fizemos feijoada e assim conseguimos construir. **Mas não temos ainda acesso a água portátil, ainda estamos na luta pelo nosso título definitivo, não temos coleta de lixo, saneamento básico, serviço de correios, ainda não temos essas coisas**” (ENTREVISTADO 6, GRIFO PRÓPRIO).*

“A coisa tem melhorado e vai continuar melhorando. A nossa estrada está sendo colocada asfalto e acho que vai melhorar a vida do povo aqui. Se alguém passa mal para levar para o hospital em Cachoeira, demorava muito, agora vai ser mais rápido, temos escolas para nossas crianças, tem posto de saúde onde a gente pode fazer consulta com o médico pegar remédio, tem ambulância disponível na

comunidade, tem casa de farinha motorizada para a gente fazer nossa farinha beiju”. (ENTREVISTADO 1).

“[...] a comunidade hoje em relação a 2012 se encontra bem melhor tanto na infraestrutura e do espaço assim geograficamente. (ENTREVISTADO 8).

“[...] nessa questão de infraestrutura de prédios públicos como posto de saúde, escolas estar num estado muito bom e muito elevado comparado por, aqui ser uma comunidade quilombola e zona rural distante da cidade a gente já tem uma infraestrutura bem melhor [...]”. (ENTREVISTADO 8).

Já o ENTREVISTADO 5: tem o mesmo entendimento das mudanças mais diz que não tem certeza que essas mudanças estão relacionadas com o processo de certificação:

“[...] a infraestrutura não é das melhores, mais aconteceu algumas mudanças eu não sei se está totalmente ligado a certificação mais sei que estas conquistas, está ligada a nossas lutas e nosso movimento em busca de melhorias de vida [...]”.

Apesar dos avanços que a comunidade vem passando ao longo desse processo, ainda precisa avançar mais em algumas questões observa-se que a falta de água na comunidade é um problema histórico e que ainda não foi solucionado.

4.5 PROBLEMAS ENCONTRADOS

Essa categoria traz alguns problemas relatados pelos entrevistados que ainda são vivenciados pelo grupo na comunidade. Segundo os relatos dos entrevistados a comunidade ainda não tem acesso a alguns serviços básicos tais como:

- Acesso a água portátil
- Saneamento básico
- Não tem coleta seletiva de lixo
- Ainda não tem o título definitivo de suas terras

- Não tem serviço de correios

Segundo aos entrevistados a falta de acesso a água potável, saneamento básico, a falta de coleta seletiva de lixo, não ter acesso de serviços de correios são problemas que vem gerando conflitos na comunidade principalmente no que diz respeito a titulação definitiva do território, gerando insegurança na comunidade, pois a deixa vulnerável a certos tipos de violências.

A falta de acesso a água potável é, segundo aos entrevistados, um problema preocupante. A água que é usada na comunidade vem de poços/cisternas que são cavados pelos próprios moradores, que não tem nenhuma forma de tratamento e que é consumida assim mesmo, porque não tem outra opção. Essas cisternas são cavadas dentro de fazendas, porque são onde estão localizadas as matas e estão as nascentes de água da comunidade. Sendo que essa água está sujeita a todo tipo de contaminação, principalmente em tempos chuvosos, que são trazidos para dentro dessas cisternas, fezes de animais, restos mortais de animais que morrem próximos desses poços, etc. Por ser um problema que estar afetando diretamente a saúde dos quilombolas acaba que gerando conflitos na comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a importância das comunidades rurais e dos povos que as habitam e da sua importância para a formação socioeconômica do Brasil, tomei a liberdade de falar no meu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre a comunidade Quilombola Tabuleiro da Vitória, que fica localizada no município de Cachoeira - BA, a mais ou menos a 16 km da Cidade de Cachoeira. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral caracterizar a atual situação da comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória após sua certificação, evidenciando as mudanças ocorridas na comunidade após esse processo.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu identificar que houve mudanças na comunidade quilombola do tabuleiro da Vitória, tais como: A comunidade está mais organizada coletivamente, é reconhecida legalmente e socialmente. A comunidade está mais desenvolvida. A infraestrutura está bem melhor, os produtos cultivados passaram a ser mais valorizados: os produtos produzidos no quilombo têm o SIPAF.

A comunidade passou a ter acesso a políticas públicas específicas para comunidades quilombolas e muitos, jovem da comunidade podem ingressar na universidade pública e com políticas específicas para remanescentes de quilombo. A comunidade já conta com algumas ações do Estado voltadas para o seu desenvolvimento como os projetos, cursos oficinas que estão sendo executado na comunidade. Projetos esses que busca sempre o desenvolvimento e a sustentabilidade do grupo na comunidade.

O objetivo específico inicial era analisar como se deu o processo de certificação da comunidade e ele foi atendido porque os entrevistados descreveram como foi feito esse processo de certificação na comunidade.

Já o segundo objetivo específico foi analisar a infraestrutura da comunidade e ele também foi atendido, uma vez que os entrevistados descrevem a comunidade antes e após o processo de certificação. O terceiro e último objetivo específico era identificar as atividades produtivas desenvolvidas para geração de renda, esse objetivo também foi atendido uma vez que consegui identificar as atividades produtivas, ou seja, identificar os produtos que são cultivados na comunidade.

A pergunta de pesquisa: o que mudou na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória após o processo de certificação, na ótica dos moradores da própria comunidade,

também foi respondida uma vez que os entrevistados descreveram as mudanças que a comunidade vem passando após o processo de certificação. A pesquisa partiu da hipótese de que a certificação vem trazendo mudanças para as comunidades quilombolas. Portanto essa hipótese se tratando da comunidade quilombola do tabuleiro da Vitória foi confirmada uma vez que só com o processo de certificação/reconhecimento legal a comunidade já vem notando algumas mudanças na sua trajetória.

É notório que após a comunidade ter sido certificada, ter garantido o seu reconhecimento legal, processo esse que se deu por meio das grandes conquistas, que essas comunidades vêm tendo seus direitos assegurados. Mas ainda não está ideal, a comunidade ainda vem enfrentando alguns problemas como à falta de acesso água portátil, bem essencial para o bem estar da saúde dessa população, a também a falta de saneamento básico e outros serviços.

No decorrer da elaboração do meu trabalho tive algumas limitações, dificuldade na realização da pesquisa de campo, pois algumas pessoas ficaram meio sem querer participar, tendo em vista que já foram feito trabalhos de pesquisa na comunidade e não voltarem para dar um retorno para dar uma satisfação para falar o resultado da pesquisa por isso a importância de volta ao lugar onde foi realizada pesquisa para dá um retorno disponibilizar a pesquisa na comunidade para que as pessoas na comunidade tenha esses dados e para até mesmo disponibilizar para outras pessoas que vierem a comunidade em busca de conhecimento ou informações tenha acesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *Igualdade Racial No Brasil Reflexões No Ano Internacional Dos Afrodescendentes*. Capítulo 8 *A territorialidade dos Quilombos no Brasil Contemporâneo: Uma Aproximação* 2013.
- BADIRU, Ajibola Isau, e SIMONARD, Pedro. *A Questão dos Quilombos No Brasil: Conflito, Direito Originário e Liminaridade* 2018. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (476): 261-286, jan./abr. 2018
- BRANDÃO¹, Amora Couto, e SCHULZ², Rosangela Marione. *A Política de titulação Territorial e o Autoreconhecimento da Comunidade Quilombola Palma** 2017.
- BRASIL, *Constituição Federal de 1988*.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.
- BRASIL, 2004 *Programa Brasil quilombola*
- CARVALHO, Roberta Monique, e LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Comunidade Quilombolas, Territorialidade e a Legislação no Brasil: Uma análise Histórica* 2013. Revista de Ciências Sociais, n. 39, outubro de 2013, pp. 329-346.
- CUNHA, Felipe Gibson, e ALBANO, Sebastião Guilherme. *Identidade quilombolas: Políticas, dispositivos e etnogêneses* 2017.
- CAPINAN*, Ubiraneila, e CARDEL*, Lídia. *O Quilombo que Remasnece: Impactos da Política de certificação e de Titulação do Território em Rio de Contas, BA* 2011.
- Convenção nº169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- Decreto Nº 15.634 de 06 de novembro de 2014. *Institui a Política Estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais*. Salvador, Bahia Sexta-Feira 07 de novembro de 2014 Ano · XCIX · No 21.565 Diário Oficial.
- Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007
- Decreto ° 11.850 de 23 de novembro de 2009
- FERREIRA¹, Haroldo da Silva, e TORRES², Zaira Maria Camerino. *Comunidade Quilombola na Região Nordeste do Brasil: Saúde de mulheres e crianças antes e após sua certificação* 2015. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 15 (2): 219-229 abr. / jun., 2015.
- FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira, e ALVES, Cândida Beatriz. *Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural* 2014.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição 2008 São Paulo.
- GONÇALVES, Regina dos Santos; SANTOS², Silvia Géssica da conceição, e BARBALHO³, José Ivanilson Silva. *Comunidade Quilombolas: Lutas e Resistências* 2020. Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2020 V2. Nº3, p. 36-54, GONÇALVES; SANTOS; BARBALHO.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. *Tráfico Atlântico, Escravidão e resistência no Brasil* 2017. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, NºXIX, agosto/2017

LIMA, Ivan Costa, e SILVA, David. *Território quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades* 2019.

Lei Nº 12.910 de 11 de outubro de 2013. *Fica reconhecida a propriedade definitiva das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos.*

MALCHER, Maria Albenize Farias. *Identidade Quilombola e Território* 2009.

MONTEIRO, Manuel Ricardo. *O processo de reconhecimento das Comunidades Quilombolas e a efetividade das Políticas públicas do Programa Brasil Quilombola.* Monografia apresentada no curso de pós, graduação a Universidade de Brasília 2014.

MORAIS, Stephane Lohanne. *Território e Resistência: Um estudo sobre as estratégias de luta da comunidade Cajueiro frente aos avanços do capital em São Luís- MA* 2017.

NELO, Paula Balduino. *Análise da Mobilização política das Comunidades Remanescentes de Quilombo.* Dissertação de Mestrado. Brasília: Unb, 2006.

Portaria Nº 98, de 26 de novembro de 2007

Programa Brasil Quilombola. De 12 de Março de 2004

SALOMÃO, Fausy Vieira, e CASTRO**, Cristina Veloso. *A identidade Quilombola: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica* 2018. Cadernos do Programa de pós-Graduação, Volume 13, n 1 ,2018, P.236-255.

SANTOS, Cleidson da Silva¹, CARDOSO, Alessandra Lopes², MARTINS, Arlan Francisco Carvalho, MIRANDA, Igor de Sousa. *Terras Quilombolas: Um abismo entre os certificados e os títulos* 2019.

SILVA, Karollen Lima. *Patrimônio cultural, Festa e construção identitária: uma análise do processo de certificação quilombola na comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016)* 2019. ANPUH- Brasil- 30º Simpósio Nacional de História- Recife, 2019.

SILVA, André Ricardo Fonseca. *Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas: Uma Luta Em Construção* 2018. Revista de Ciências Sociais, nº 48, janeiro/junho de 2018, p. 115-128.

SILVA, Simone Rezende. *Capítulo 1 Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade Negra* 2014.

SILVEIRA, Denise Talfo, e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. *Métodos de Pesquisa.* 1ª edição 2009.

SOUZA, Bárbara Oliveira. *AQUILOMBAR-SE Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro.* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 01 de setembro de 2008.

Sites:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>

<http://www.palmares.gov.br/?p=48738> Fundação Cultural Palmares

<https://cpisp.org.br/direitos-ameacados-orcamento-do-incra-inviabiliza-titulacao-de-terras-quilombolas/> *Comissão Pró-Índio de São Paulo*

<http://www.portalsdr.ba.gov.br/sipaf/> *Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar .*

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais: [CONAQ: Home.](http://conaq.org.br)

<http://www.palmares.gov.br/?p=48738>

<http://www.palmares.gov.br/?p=48738EPPIR> , *Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial.*

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perfil do participante

Nome_____

Idade_____

Qual a sua relação com a comunidade?

Você mora aqui desde, de que nasceu?

Com quem mora?

Você sempre trabalhou na comunidade ou já trabalhou fora?

Tempo?

1. Como se deu o processo de certificação?
2. Descreva a Comunidade antes da Certificação?
3. Como se encontra a comunidade hoje em termo de infraestrutura após o processo de certificação?
4. Na sua opinião o que mudou com a certificação?
5. Existe alguma ação do Estado para com a Comunidade?
6. Quanto ao Direito a e cidadania existe alguma ação do Estado voltada para essa temática?
7. Existe alguma ação voltada para a qualidade de vida na comunidade?
8. Quais os produtos cultivados no quilombo Tabuleiro da vitória?
9. Como são comercializados esses produtos?
10. Ouve, alguma mudança na produção e na comercialização após a certificação do quilombo? Caso sim, quais? Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam?
11. Quais as formas de organização coletiva existentes na comunidade?
12. Quais as bandeiras de luta defendidas pela comunidade?
13. A comunidade está mais organizada coletivamente após o processo de certificação ou não ouve, mudança?